

Em Tóquio, Funaro explica nossa moratória.

O ministro reúne-se com os titulares da Fazenda, Exterior e Indústria e Comércio do Japão.

Depois de visitar os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha Ocidental, a Suíça e a Itália, o ministro da Fazenda do Brasil, Dílson Funaro, vai manter hoje em Tóquio conversações com os ministros do Exterior, da Fazenda e do Comércio e Indústria do Japão.

O ministro brasileiro, que chegou ontem a Tóquio, vai expor aos ministros japoneses o motivos que levaram o Brasil a decretar a suspensão temporária dos pagamentos da dívida externa. Ele vai ser recebido ainda pelo deputado Mitio Watanabe, ex-ministro do Comércio e Indústria e figura de destaque do Partido Liberal Democrático, o partido governista.

Funaro vai reunir-se também

com o vice-ministro das Finanças e com 30 integrantes da Liga Parlamentar Brasil-Japão, que solicitaram esse encontro com o ministro brasileiro. Paralelamente, o presidente do Banco Central do Brasil, Francisco Gros, também vai ser recebido por autoridades financeiras nipônicas, como o presidente do Banco Central do Japão, Satoshi Sumita, e representantes dos bancos privados.

"Esperar para ver"

Desde o anúncio oficial da suspensão dos pagamentos da dívida, em 20 de fevereiro, os bancos credores do Brasil aqui no Japão adotaram uma posição de "esperar para ver o que acontece". Os círculos financeiros japoneses não se mostraram alarmados com as notícias vindas do Brasil, mas um econo-

mista de um banco privado comentou: "O único perigo é os outros países devedores resolverem fazer a mesma coisa". Os bancos nipônicos também estão interessados em saber que tipo de apoio os Estados Unidos e o FMI vão dar às pretensões brasileiras quanto à renegociação da dívida externa e à concessão de novos empréstimos.

Porta-vozes de alguns bancos credores disseram que a medida já era mais ou menos esperada, apesar de "lamentável", ao comentarem a suspensão dos pagamentos. "É lógico que a pior coisa que pode acontecer a um banco é uma notícia como essa", reconheceu um deles, mas acrescentou que desde o anúncio da suspensão as instituições financeiras privadas daqui estavam confiantes na vinda de auto-

ridades brasileiras para discutir o problema.

Consórcio de credores

Com as repercussões do anúncio da suspensão de pagamentos pelo Brasil, ganhou mais força uma idéia que há algum tempo os bancos privados japoneses vinham estudando: fundar uma instituição financeira que assumiria parte dos empréstimos feitos aos países em desenvolvimento que estão tendo dificuldade para pagar o serviço da dívida.

Essa empresa existiria apenas no papel, segundo o jornal "Asahi Shimbun", e proporcionará até um "desafogo fiscal" aos bancos privados. Mas o seu objetivo principal seria evitar o comprometimento das folhas de balanço dos 28 bancos que formariam esse "consórcio

de credores". Assim, nenhum deles teria de apresentar balanços anuais com anotações contábeis do tipo "valores não realizados" (**non-performing assets**), que assustam os acionistas, além de sempre constituírem uma barreira à concessão de novos empréstimos. Os bancos sabem que novos empréstimos são necessários para que os países devedores continuem pagando.

A empresa formada para esse fim levantaria seu capital com a emissão de títulos a serem comprados pelos 28 bancos integrantes do consórcio. Os empréstimos feitos aos países em desenvolvimento seriam transferidos a essa instituição, com valores fixados em função dos riscos que cada país devedor representa. Tais valores seriam me-

nores do que os dos empréstimos reais, mas os pagamentos dos juros e do principal seriam repassados a cada banco integrante do consórcio na forma de dividendos.

Apesar das notícias vindas do Brasil, até esta semana foi divulgado que por enquanto esse consórcio só assumiria os encargos dos empréstimos feitos ao México. Se tudo correr bem, os créditos concedidos a outros países, como Brasil e Argentina, seriam também vendidos ao consórcio.

Os bancos japoneses têm créditos concedidos aos países em desenvolvimento no montante de 5,1 trilhões de ienes ou 34 bilhões de dólares. Desse total, 10,7 bilhões de dólares são devidos pelo Brasil.

Vicente Adorno, de Tóquio.